



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

DECRETO Nº 591/2025

Publicado no DOM-ES
Lei Municipal nº 2606/2015
Edição: 2.917 Em: 05/01/2026
Romildo N. Martins

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,
no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Considerando a Lei Municipal nº 1.242/1997, que dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES;

Considerando a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária realizada em 04 de dezembro de 2025;

Considerando o Parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES, aprovado pelo colegiado em 04 de dezembro de 2025, que passa a integrar o presente Decreto como anexo.

Art. 2º O Regimento Interno homologado por este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA
COSTA:75686015791

Assinado de forma digital por
KLEBER MEDICI DA
COSTA:75686015791
Dados: 2025.12.30 09:00:45 -03'00'

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e organização do Conselho Municipal de Educação (CME), do município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo criado pela Lei Municipal nº 1.242/97, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 2º O CME vinculado à Secretaria Municipal de Educação é um órgão de deliberação sobre a política educacional do município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades educacionais, exercendo as funções normativas, deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e avaliadoras na esfera de sua competência.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 9 (nove) membros titulares e igual número de membros suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, assim discriminados:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 01 (um) representante do Magistério da rede pública municipal;
- III - 01 (um) representante do Magistério da rede privada;
- IV - 01 (um) representante do Magistério da rede pública estadual;
- V - 02 (dois) representantes de Pais de alunos;
- VI - 01 (um) representante de Conselhos de Escola;
- VII - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- VIII - 01 (um) representante da Câmara Municipal de Santa Teresa.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - formular, em cooperação com o Poder Público, as diretrizes da política educacional no Município;
- II - aprovar o Plano Municipal de Educação, bem como outros instrumentos de planejamento educacional, na esfera municipal;
- III - assistir e orientar o poder público local na condução dos assuntos relacionados à educação;
- IV - opinar sobre projetos educacionais a serem implementados no município, mesmo que estes estejam fora de sua competência específica, mas que, de algum modo, tenham eventual repercussão sobre a educação municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

- V - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas, em matéria de educação, no território municipal;
- VI - opinar sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, na área da educação;
- VII - estabelecer diretrizes para o processo de autorização/aprovação das unidades de ensino da rede municipal;
- VIII - estabelecer critérios e aprovar planos de aplicação dos recursos da educação;
- IX - identificar e propor formas de integração e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas do governo no campo da educação, visando ao melhor atendimento da população e à racionalização de esforços e recursos;
- X - deliberar sobre problemas e situações específicas que se apresentem no município, na área da Educação;
- XI - participar do planejamento, acompanhamento e avaliação de campanhas contra evasão e repetência escolar e outras que objetivem facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos;
- XII - participar da composição do Conselho Municipal para Gerenciamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Conselho do FUNDEB);
- XIII - elaborar e, quando necessário reformular seu Regimento Interno;
- XIV - exercer outras atribuições que, por delegação ou força de lei, lhes forem conferidas.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º Compete aos membros do Conselho:

- I - participar das reuniões presenciais e remotas, debatendo e votando as matérias em exame;
- II - examinar, aprovar na reunião seguinte e assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - fornecer à presidência todas as informações e dados a que tenham acesso, sempre que os julgarem importantes para as deliberações do Conselho ou quando solicitado pelos demais membros;
- IV - requisitar à presidência e aos demais membros, informações que julgarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;
- V - desempenhar as funções para as quais for designado;
- VI - comunicar ao Presidente do CME, por escrito, informações sobre impedimentos de qualquer membro do Conselho, que sejam relevantes para efetivar a destituição, para que as medidas de substituição sejam tomadas;
- VII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e demais leis e resoluções concernentes ao CME.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Art. 6º A estrutura administrativa do Conselho Municipal de Educação será assim constituída:

- I - plenário;
- II - presidência;
- III - vice-presidência.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Conselho funcionará em sessão do plenário e em reuniões de comissões permanentes, se necessário, conforme estabelecido neste Regimento.

§ 1º O CME poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de criação das mesmas.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação, quando julgar necessário, poderá solicitar a criação de comissões especiais ou grupos de trabalho, indicando as respectivas tarefas.

Art. 8º O CME reunir-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) conselheiros.

Art. 9º As deliberações do Conselho serão tomadas na forma de Pareceres, Resoluções e Indicações.

§ 1º Parecer é a manifestação conclusiva do plenário sobre matéria de sua competência.

§ 2º Resolução é o meio pelo qual se decide um caso duvidoso que é submetido à apreciação do Conselho.

§ 3º Indicação é o estudo de interesse da Secretaria Municipal de Educação, proposto por conselheiro e que por sua natureza de sugestão, não tem força normativa.

Art. 10. Os Pareceres que tratam de organização e funcionamento das unidades de ensino, órgãos ou serviços próprios da Secretaria Municipal de Educação, bem como todas as Resoluções, dependem de homologação do Secretário Municipal titular desta pasta.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

Art. 12. O mandato dos membros do Conselho será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia;
- III - ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 10 (dez) alternadas, no período de 01 (um) ano;
- IV - doença que exija licença médica superior a 06 (seis) meses;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

V - procedimento, que a critério do Conselho seja considerado incompatível com a dignidade das funções;

VI - condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VII - não mais pertencer à categoria que representa no Conselho.

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 13. O Conselho deve ter um Presidente e um Vice-Presidente eleitos entre os membros titulares, com a presença da maioria absoluta dos membros do colegiado, em votação secreta na sessão plenária especialmente voltada para este fim, na abertura anual dos trabalhos do colegiado.

§ 1º O mandato do Presidente ou Vice-Presidente será por um período de 01 (um) ano podendo o(s) mesmo(s) concorrer(em) a mais um período de mandato consecutivo.

§ 2º O Presidente ou Vice-Presidente, uma vez destituído, em conformidade com o disposto neste Regimento, fica impedido de concorrer a vagas neste mesmo Conselho.

§ 3º O Presidente em suas faltas, impedimentos e afastamentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 4º Quando o Vice-Presidente estiver substituindo o Presidente, terá as mesmas atribuições do titular.

Art. 14. São atribuições do Presidente:

I - representar o CME e presidir as sessões plenárias, coordenar os debates, tomar os votos e votar;

II - emitir voto de qualidade, no caso de empate;

III - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - determinar ao Secretário que faça a leitura da ata da reunião anterior, ordinária ou extraordinária;

V - participar da aprovação da ata, bem como assiná-la, na qualidade de Presidente;

VI - solicitar estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse do Conselho;

VII - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, na execução das deliberações do Conselho;

VIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

IX - Convidar autoridades ou especialistas para comparecer às reuniões do plenário, para prestar esclarecimentos e debater a matéria indicada no convite;

X - Designar após discussão em plenário, membros do corpo administrativo do Conselho Municipal de Educação para participar de congressos, seminários ou similares;

XI - Encaminhar ao Secretário Municipal de Educação, matéria que por força de lei dependa de homologação da administração municipal;

XII - Elaborar o relatório anual das atividades do Conselho Municipal de Educação;

XIII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

XIV - Exercer outras atribuições inerentes às funções de seu cargo e resolver casos omissos deste Regimento, após manifestação do plenário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Art. 15. São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas ausências, auxiliando subsidiariamente nas atividades que lhe forem atribuídas sempre que necessário de forma parcial ou integral, conforme o caso.

SEÇÃO III

DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 16. A destituição do Presidente e/ou do Vice-Presidente será por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em razão do descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica. Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do Conselho, objetivando apurar os fatos.

§ 1º Considera-se fato relevante:

I - deixar de cumprir, ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste Regimento Interno;

§ 2º No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 (trinta) dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente. Na hipótese de ser destituído apenas o Vice-Presidente, nova eleição para esse cargo deverá ocorrer.

§ 3º Havendo destituição do Presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-Interino com mandato máximo de 30 (trinta) dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará e dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 17. O CME elegerá, dentre seus membros, um Secretário, responsável por assessorar as atividades administrativas do Conselho, cabendo-lhe:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- III - providenciar serviços de impressões, arquivos e documentação;
- IV - lavrar as atas, proceder à leitura das mesmas e do expediente;
- V - registrar a frequência dos membros às reuniões;
- VI - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho, mediante deliberação da maioria de seus membros.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 18. O CME fará reuniões ordinárias e extraordinárias, de forma presencial ou remota, conforme determinação do Presidente e/ou deliberação do colegiado, seguindo-se as regras dispostas neste artigo e incisos:

- I - ordinárias, realizadas bimestralmente, a partir de fevereiro do ano em curso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

II - extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou pelos conselheiros sempre que na pauta dos trabalhos existir matéria de urgência pendente de decisão, mediante presença de pelo menos um terço dos membros;

III - as reuniões convocadas por meio de participação remota deverão ser iniciadas, encerradas e terão as deliberações, discussões e votações apuradas através da manifestação oral ou no chat da reunião virtual;

a) as reuniões poderão ser vídeo gravadas com o consentimento de todos os participantes;

b) entende-se por deliberação remota, a discussão e votação de proposições realizadas por meio de reuniões virtuais mediante o emprego de tecnologia da informação que dispense a presença física dos conselheiros no local da reunião.

Art. 19. As reuniões ordinárias do CME serão realizadas com a presença da maioria simples dos conselheiros, sendo o quorum apurado no início da sessão.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver o *quórum* regimental previsto, será aguardado durante 30 (trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja *quórum*, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que será realizada em data definida por ele.

§ 3º A reunião de que trata o parágrafo segundo será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 20. O conselheiro suplente terá direito a voz nas reuniões do colegiado. Na ausência do respectivo titular, o suplente assumirá automaticamente a titularidade, passando a exercer plenamente suas funções, com direito a voz e voto.

Parágrafo único. Os membros do CME deverão receber, por e-mail, telefone ou grupo de whatsapp, com antecedência de 5 (cinco) dias, a convocação para a reunião ordinária, com informações sobre a pauta, o local e a documentação relativa às matérias que serão objeto de discussão e deliberação.

Art. 21. Os serviços administrativos do CME serão exercidos por um Secretário, designados pelo Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período.

Parágrafo único. As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 22. As deliberações do CME serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros titulares, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 23. O CME, desde que com a devida justificativa aprovada por maioria simples de seus membros, poderá convidar órgãos, entidades, profissionais de qualquer área para participarem das reuniões com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Art. 24. As reuniões terão os seguintes procedimentos:

- I - comunicação e justificativas de ausências de conselheiros;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião;
- IV - apresentação de outros assuntos.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente dos assuntos da pauta do dia ou dos que se fizerem necessários.

Art. 25. Em regime de discussão o Presidente pode delimitar o tempo de palavra dos conselheiros.

Art. 26. As funções dos conselheiros são consideradas de relevante interesse social e os servidores públicos que as exercerem terão suas ausências dos trabalhos justificadas e abonadas durante os dias das reuniões do Conselho.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O município deverá:

I - garantir ao CME, como órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
- b) disponibilidade de equipamento de informática;
- c) transporte para deslocamento dos membros, como para visitas às unidades de ensino, reuniões e formações fora do município, outros.
- d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, necessários às atividades inerentes às suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

II - fornecer ao CME, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à educação municipal, tais como: calendário escolar; normativas municipais, processo seletivos/concurso público específico da educação; projetos educacionais e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;

III - divulgar as atividades do CME por meio de comunicação oficial da EEx;

IV - comunicar às unidades de ensino sobre o CME, no início de cada ano letivo e a cada troca de mandato, informando as atribuições do Conselho e a sua composição, com a indicação dos representantes.

Art. 28. O Presidente do Conselho Municipal de Educação, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, pode solicitar a colaboração de quaisquer servidores, especialistas, autoridades ou organizações da sociedade civil para prestar esclarecimentos e fornecer subsídios necessários à elucidação de questões pertinentes à educação.

Art. 29. As dúvidas na aplicação do Regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo plenário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Art. 30. O Conselho Municipal de Educação, observada a legislação vigente, poderá estabelecer normas complementares relativas ao seu funcionamento e ordem dos trabalhos.

Art. 31. As funções de conselheiro do CME, sem remuneração de qualquer espécie, são consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no município de que sejam titulares os seus membros.

Art. 32. O Conselho Municipal de Educação, na ocorrência de quaisquer casos elencados no art. 8º da Lei 1.242/97 e no art. 12 deste Regimento, tomará as devidas providências.

Art. 33. Este Regimento, depois de aprovado pelos membros do Conselho de Municipal de Educação, será encaminhado ao Executivo Municipal para ser homologado e, posteriormente publicado, quando passará então a vigorar, revogado às disposições em contrário.

Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

HILDA SOUZA DA CRUZ

Presidente do Conselho Municipal de Educação

LEONARDO RANGEL NASCIMENTO MIRANDA

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Decreto**DECRETO Nº 591/2025**

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Considerando a Lei Municipal nº 1.242/1997, que dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES;

Considerando a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária realizada em 04 de dezembro de 2025;

Considerando o Parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES, aprovado pelo colegiado em 04 de dezembro de 2025, que passa a integrar o presente Decreto como anexo.

Art. 2º O Regimento Interno homologado por este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO**CAPÍTULO I**
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e organização do Conselho Municipal de Educação (CME), do município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo criado pela Lei Municipal nº 1.242/97, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 2º O CME vinculado à Secretaria Municipal de Educação é um órgão de deliberação sobre a política educacional do município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades educacionais, exercendo as funções normativas, deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e avaliadoras na esfera de sua competência.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 9 (nove) membros titulares e igual número de membros suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, assim discriminados:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 01 (um) representante do Magistério da rede pública municipal;
- III - 01 (um) representante do Magistério da rede privada;
- IV - 01 (um) representante do Magistério da rede pública estadual;
- V - 02 (dois) representantes de Pais de alunos;
- VI - 01 (um) representante de Conselhos de Escola;
- VII - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- VIII - 01 (um) representante da Câmara Municipal de Santa Teresa.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - formular, em cooperação com o Poder Público, as diretrizes da política educacional no Município;
- II - aprovar o Plano Municipal de Educação, bem como outros instrumentos de planejamento educacional, na esfera municipal;
- III - assistir e orientar o poder público local na condução dos assuntos relacionados à educação;
- IV - opinar sobre projetos educacionais a serem implementados no município, mesmo que estes estejam fora de sua competência específica, mas que, de algum modo, tenham eventual repercussão sobre a educação municipal;
- V - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas, em matéria de educação, no território municipal;
- VI - opinar sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, na área da educação;
- VII - estabelecer diretrizes para o processo de autorização/aprovação das unidades de ensino da rede municipal;
- VIII - estabelecer critérios e aprovar planos de aplicação dos recursos da educação;
- IX - identificar e propor formas de integração e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas do governo no campo da educação, visando ao melhor atendimento da população e à racionalização de esforços e recursos;
- X - deliberar sobre problemas e situações específicas que se apresentem no município, na área da Educação;
- XI - participar do planejamento, acompanhamento e avaliação de campanhas contra evasão e repetência escolar e outras que objetivem facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos;
- XII - participar da composição do Conselho Municipal para Gerenciamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Conselho do FUNDEB);
- XIII - elaborar e, quando necessário reformular seu Regimento Interno;
- XIV - exercer outras atribuições que, por delegação ou força de lei, lhes forem conferidas.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º Compete aos membros do Conselho:

- I - participar das reuniões presenciais e remotas, debatendo e votando as matérias em exame;
- II - examinar, aprovar na reunião seguinte e assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - fornecer à presidência todas as informações e dados a que tenham acesso, sempre que os julgarem importantes para as deliberações do Conselho ou quando solicitado pelos demais membros;
- IV - requisitar à presidência e aos demais membros, informações que julgarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;
- V - desempenhar as funções para as quais for designado;
- VI - comunicar ao Presidente do CME, por escrito, informações sobre impedimentos de qualquer membro do Conselho, que sejam relevantes para efetivar a destituição, para que as medidas de substituição sejam tomadas;
- VII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e demais leis e resoluções concernentes ao CME.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 6º A estrutura administrativa do Conselho Municipal de Educação será assim constituída:

- I - plenário;
- II - presidência;
- III - vice-presidência.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Conselho funcionará em sessão do plenário e em reuniões de comissões permanentes, se necessário, conforme estabelecido neste Regimento.

§ 1º O CME poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de criação das mesmas.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação, quando julgar necessário, poderá solicitar a criação de comissões especiais ou grupos de trabalho, indicando as respectivas tarefas.

Art. 8º O CME reunir-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) conselheiros.

Art. 9º As deliberações do Conselho serão tomadas na forma de Pareceres, Resoluções e Indicações.

§ 1º Parecer é a manifestação conclusiva do plenário sobre matéria de sua competência.

§ 2º Resolução é o meio pelo qual se decide um caso duvidoso que é submetido à apreciação do Conselho.

§ 3º Indicação é o estudo de interesse da Secretaria Municipal de Educação, proposto por conselheiro e que por sua natureza de sugestão, não tem força normativa.

Art. 10. Os Pareceres que tratam de organização e funcionamento das unidades de ensino, órgãos ou serviços próprios da Secretaria Municipal de Educação, bem como todas as Resoluções, dependem de homologação do Secretário Municipal titular desta pasta.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

Art. 12. O mandato dos membros do Conselho será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia;
- III - ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 10 (dez) alternadas, no período de 01 (um) ano;
- IV - doença que exija licença médica superior a 06 (seis) meses;
- V - procedimento, que a critério do Conselho seja considerado incompatível com a dignidade das funções;
- VI - condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VII - não mais pertencer à categoria que representa no Conselho.

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 13. O Conselho deve ter um Presidente e um Vice-Presidente eleitos entre os membros titulares, com a presença da maioria absoluta dos membros do colegiado, em votação secreta na sessão plenária especialmente voltada para este fim, na abertura anual dos trabalhos do colegiado.

§ 1º O mandato do Presidente ou Vice-Presidente será por um período de 01 (um) ano podendo o(s) mesmo(s) concorrer(em) a mais um período de mandato consecutivo.

§ 2º O Presidente ou Vice-Presidente, uma vez destituído, em conformidade com o disposto neste Regimento, fica impedido de concorrer a vagas neste mesmo Conselho.

§ 3º O Presidente em suas faltas, impedimentos e afastamentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 4º Quando o Vice-Presidente estiver substituindo o Presidente, terá as mesmas atribuições do titular.

Art. 14. São atribuições do Presidente:

- I - representar o CME e presidir as sessões plenárias, coordenar os debates, tomar os votos e votar;
- II - emitir voto de qualidade, no caso de empate;
- III - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV - determinar ao Secretário que faça a leitura da ata da reunião anterior, ordinária ou extraordinária;
- V - participar da aprovação da ata, bem como assiná-la, na qualidade de Presidente;

- VI - solicitar estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse do Conselho;
- VII - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, na execução das deliberações do Conselho;
- VIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- IX - Convidar autoridades ou especialistas para comparecer às reuniões do plenário, para prestar esclarecimentos e debater a matéria indicada no convite;
- X - Designar após discussão em plenário, membros do corpo administrativo do Conselho Municipal de Educação para participar de congressos, seminários ou similares;
- XI - Encaminhar ao Secretário Municipal de Educação, matéria que por força de lei dependa de homologação da administração municipal;
- XII - Elaborar o relatório anual das atividades do Conselho Municipal de Educação;
- XIII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.
- XIV - Exercer outras atribuições inerentes às funções de seu cargo e resolver casos omissos deste Regimento, após manifestação do plenário.

Art. 15. São atribuições do Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente nas ausências, auxiliando subsidiariamente nas atividades que lhe forem atribuídas sempre que necessário de forma parcial ou integral, conforme o caso.

SEÇÃO III

DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 16. A destituição do Presidente e/ou do Vice-Presidente será por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em razão do descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica. Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do Conselho, objetivando apurar os fatos.

§ 1º Considera-se fato relevante:

- I - deixar de cumprir, ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste Regimento Interno;

§ 2º No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 (trinta) dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente. Na hipótese de ser destituído apenas o Vice-Presidente, nova eleição para esse cargo deverá ocorrer.

§ 3º Havendo destituição do Presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-Interino com mandato máximo de 30 (trinta) dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará e dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 17. O CME elegerá, dentre seus membros, um Secretário, responsável por assessorar as atividades administrativas do Conselho, cabendo-lhe:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- III - providenciar serviços de impressões, arquivos e documentação;
- IV - lavrar as atas, proceder à leitura das mesmas e do expediente;
- V - registrar a frequência dos membros às reuniões;
- VI - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho, mediante deliberação da maioria de seus membros.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 18. O CME fará reuniões ordinárias e extraordinárias, de forma presencial ou remota, conforme determinação do Presidente e/ou deliberação do colegiado, seguindo-se as regras dispostas neste artigo e incisos:

- I - ordinárias, realizadas bimestralmente, a partir de fevereiro do ano em curso;
- II - extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou pelos conselheiros sempre que na pauta dos trabalhos existir matéria de urgência pendente de decisão, mediante presença de pelo menos um terço dos membros;
- III - as reuniões convocadas por meio de participação remota deverão ser iniciadas, encerradas e terão as deliberações, discussões e votações apuradas através da manifestação oral ou no chat da reunião virtual;
 - a) as reuniões poderão ser vídeo gravadas com o consentimento de todos os participantes;

b) entende-se por deliberação remota, a discussão e votação de proposições realizadas por meio de reuniões virtuais mediante o emprego de tecnologia da informação que dispense a presença física dos conselheiros no local da reunião.

Art. 19. As reuniões ordinárias do CME serão realizadas com a presença da maioria simples dos conselheiros, sendo o quorum apurado no início da sessão.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver o *quórum* regimental previsto, será aguardado durante 30 (trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja *quórum*, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que será realizada em data definida por ele.

§ 3º A reunião de que trata o parágrafo segundo será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 20. O conselheiro suplente terá direito a voz nas reuniões do colegiado. Na ausência do respectivo titular, o suplente assumirá automaticamente a titularidade, passando a exercer plenamente suas funções, com direito a voz e voto.

Parágrafo único. Os membros do CME deverão receber, por e-mail, telefone ou grupo de whatsapp, com antecedência de 5 (cinco) dias, a convocação para a reunião ordinária, com informações sobre a pauta, o local e a documentação relativa às matérias que serão objeto de discussão e deliberação.

Art. 21. Os serviços administrativos do CME serão exercidos por um Secretário, designados pelo Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período.

Parágrafo único. As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 22. As deliberações do CME serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros titulares, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 23. O CME, desde que com a devida justificativa aprovada por maioria simples de seus membros, poderá convidar órgãos, entidades, profissionais de qualquer área para participarem das reuniões com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.

Art. 24. As reuniões terão os seguintes procedimentos:

- I - comunicação e justificativas de ausências de conselheiros;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião;
- IV - apresentação de outros assuntos.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente dos assuntos da pauta do dia ou dos que se fizerem necessários.

Art. 25. Em regime de discussão o Presidente pode delimitar o tempo de palavra dos conselheiros.

Art. 26. As funções dos conselheiros são consideradas de relevante interesse social e os servidores públicos que as exercerem terão suas ausências dos trabalhos justificadas e abonadas durante os dias das reuniões do Conselho.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O município deverá:

I - garantir ao CME, como órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
- b) disponibilidade de equipamento de informática;
- c) transporte para deslocamento dos membros, como para visitas às unidades de ensino, reuniões e formações fora do município, outros.
- d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, necessários às atividades inerentes as suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

II - fornecer ao CME, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à educação municipal, tais como: calendário escolar; normativas municipais, processo seletivos/concurso público específico da educação; projetos educacionais e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;

III - divulgar as atividades do CME por meio de comunicação oficial da EEx;

IV - comunicar às unidades de ensino sobre o CME, no início de cada ano letivo e a cada troca de mandato, informando as atribuições do Conselho e a sua composição, com a indicação dos representantes.

Art. 28. O Presidente do Conselho Municipal de Educação, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, pode solicitar a colaboração de quaisquer servidores, especialistas, autoridades ou organizações da sociedade civil para prestar esclarecimentos e fornecer subsídios necessários à elucidação de questões pertinentes à educação.

Art. 29. As dúvidas na aplicação do Regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo plenário.

Art. 30. O Conselho Municipal de Educação, observada a legislação vigente, poderá estabelecer normas complementares relativas ao seu funcionamento e ordem dos trabalhos.

Art. 31. As funções de conselheiro do CME, sem remuneração de qualquer espécie, são consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no município de que sejam titulares os seus membros.

Art. 32. O Conselho Municipal de Educação, na ocorrência de quaisquer casos elencados no art. 8º da Lei 1.242/97 e no art. 12 deste Regimento, tomará as devidas providências.

Art. 33. Este Regimento, depois de aprovado pelos membros do Conselho de Municipal de Educação, será encaminhado ao Executivo Municipal para ser homologado e, posteriormente publicado, quando passará então a vigorar, revogado às disposições em contrário.

Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

HILDA SOUZA DA CRUZ

Presidente do Conselho Municipal de Educação

LEONARDO RANGEL NASCIMENTO MIRANDA

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Protocolo 1699121

DECRETO Nº 599/2025

NOMEIA AGENTE DE MOBILIDADE URBANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada **RAFAELA RODRIGUES DE SOUZA**, para exercer o Cargo de Provimento em

Comissão de Agente de Mobilidade Urbana, referência VC-7 da Lei Municipal nº 2.865/2023, alterada pela Lei Municipal nº 2.956/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia **06 de janeiro de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 30 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal

Protocolo 1699872

Decreto**DECRETO Nº 591/2025**

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Considerando a Lei Municipal nº 1.242/1997, que dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES;

Considerando a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária realizada em 04 de dezembro de 2025;

Considerando o Parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Santa Teresa/ES, aprovado pelo colegiado em 04 de dezembro de 2025, que passa a integrar o presente Decreto como anexo.

Art. 2º O Regimento Interno homologado por este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO**CAPÍTULO I**
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e organização do Conselho Municipal de Educação (CME), do município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo criado pela Lei Municipal nº 1.242/97, de 18 de dezembro de 1997.

Art. 2º O CME vinculado à Secretaria Municipal de Educação é um órgão de deliberação sobre a política educacional do município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades educacionais, exercendo as funções normativas, deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e avaliadoras na esfera de sua competência.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 9 (nove) membros titulares e igual número de membros suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, assim discriminados:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 01 (um) representante do Magistério da rede pública municipal;
- III - 01 (um) representante do Magistério da rede privada;
- IV - 01 (um) representante do Magistério da rede pública estadual;
- V - 02 (dois) representantes de Pais de alunos;
- VI - 01 (um) representante de Conselhos de Escola;
- VII - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
- VIII - 01 (um) representante da Câmara Municipal de Santa Teresa.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - formular, em cooperação com o Poder Público, as diretrizes da política educacional no Município;
- II - aprovar o Plano Municipal de Educação, bem como outros instrumentos de planejamento educacional, na esfera municipal;
- III - assistir e orientar o poder público local na condução dos assuntos relacionados à educação;
- IV - opinar sobre projetos educacionais a serem implementados no município, mesmo que estes estejam fora de sua competência específica, mas que, de algum modo, tenham eventual repercussão sobre a educação municipal;
- V - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas, em matéria de educação, no território municipal;
- VI - opinar sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, na área da educação;
- VII - estabelecer diretrizes para o processo de autorização/aprovação das unidades de ensino da rede municipal;
- VIII - estabelecer critérios e aprovar planos de aplicação dos recursos da educação;
- IX - identificar e propor formas de integração e compatibilização de decisões e ações entre as diversas esferas do governo no campo da educação, visando ao melhor atendimento da população e à racionalização de esforços e recursos;
- X - deliberar sobre problemas e situações específicas que se apresentem no município, na área da Educação;
- XI - participar do planejamento, acompanhamento e avaliação de campanhas contra evasão e repetência escolar e outras que objetivem facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos;
- XII - participar da composição do Conselho Municipal para Gerenciamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Conselho do FUNDEB);
- XIII - elaborar e, quando necessário reformular seu Regimento Interno;
- XIV - exercer outras atribuições que, por delegação ou força de lei, lhes forem conferidas.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º Compete aos membros do Conselho:

- I - participar das reuniões presenciais e remotas, debatendo e votando as matérias em exame;
- II - examinar, aprovar na reunião seguinte e assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - fornecer à presidência todas as informações e dados a que tenham acesso, sempre que os julgarem importantes para as deliberações do Conselho ou quando solicitado pelos demais membros;
- IV - requisitar à presidência e aos demais membros, informações que julgarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;
- V - desempenhar as funções para as quais for designado;
- VI - comunicar ao Presidente do CME, por escrito, informações sobre impedimentos de qualquer membro do Conselho, que sejam relevantes para efetivar a destituição, para que as medidas de substituição sejam tomadas;
- VII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e demais leis e resoluções concernentes ao CME.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 6º A estrutura administrativa do Conselho Municipal de Educação será assim constituída:

- I - plenário;
- II - presidência;
- III - vice-presidência.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Conselho funcionará em sessão do plenário e em reuniões de comissões permanentes, se necessário, conforme estabelecido neste Regimento.

§ 1º O CME poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de criação das mesmas.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação, quando julgar necessário, poderá solicitar a criação de comissões especiais ou grupos de trabalho, indicando as respectivas tarefas.

Art. 8º O CME reunir-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) conselheiros.

Art. 9º As deliberações do Conselho serão tomadas na forma de Pareceres, Resoluções e Indicações.

§ 1º Parecer é a manifestação conclusiva do plenário sobre matéria de sua competência.

§ 2º Resolução é o meio pelo qual se decide um caso duvidoso que é submetido à apreciação do Conselho.

§ 3º Indicação é o estudo de interesse da Secretaria Municipal de Educação, proposto por conselheiro e que por sua natureza de sugestão, não tem força normativa.

Art. 10. Os Pareceres que tratam de organização e funcionamento das unidades de ensino, órgãos ou serviços próprios da Secretaria Municipal de Educação, bem como todas as Resoluções, dependem de homologação do Secretário Municipal titular desta pasta.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

Art. 12. O mandato dos membros do Conselho será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

I - morte;

II - renúncia;

III - ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 10 (dez) alternadas, no período de 01 (um) ano;

IV - doença que exija licença médica superior a 06 (seis) meses;

V - procedimento, que a critério do Conselho seja considerado incompatível com a dignidade das funções;

VI - condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VII - não mais pertencer à categoria que representa no Conselho.

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 13. O Conselho deve ter um Presidente e um Vice-Presidente eleitos entre os membros titulares, com a presença da maioria absoluta dos membros do colegiado, em votação secreta na sessão plenária especialmente voltada para este fim, na abertura anual dos trabalhos do colegiado.

§ 1º O mandato do Presidente ou Vice-Presidente será por um período de 01 (um) ano podendo o(s) mesmo(s) concorrer(em) a mais um período de mandato consecutivo.

§ 2º O Presidente ou Vice-Presidente, uma vez destituído, em conformidade com o disposto neste Regimento, fica impedido de concorrer a vagas neste mesmo Conselho.

§ 3º O Presidente em suas faltas, impedimentos e afastamentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 4º Quando o Vice-Presidente estiver substituindo o Presidente, terá as mesmas atribuições do titular.

Art. 14. São atribuições do Presidente:

I - representar o CME e presidir as sessões plenárias, coordenar os debates, tomar os votos e votar;

II - emitir voto de qualidade, no caso de empate;

III - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - determinar ao Secretário que faça a leitura da ata da reunião anterior, ordinária ou extraordinária;

V - participar da aprovação da ata, bem como assiná-la, na qualidade de Presidente;

- VI - solicitar estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse do Conselho;
- VII - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, na execução das deliberações do Conselho;
- VIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- IX - Convidar autoridades ou especialistas para comparecer às reuniões do plenário, para prestar esclarecimentos e debater a matéria indicada no convite;
- X - Designar após discussão em plenário, membros do corpo administrativo do Conselho Municipal de Educação para participar de congressos, seminários ou similares;
- XI - Encaminhar ao Secretário Municipal de Educação, matéria que por força de lei dependa de homologação da administração municipal;
- XII - Elaborar o relatório anual das atividades do Conselho Municipal de Educação;
- XIII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.
- XIV - Exercer outras atribuições inerentes às funções de seu cargo e resolver casos omissos deste Regimento, após manifestação do plenário.

Art. 15. São atribuições do Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente nas ausências, auxiliando subsidiariamente nas atividades que lhe forem atribuídas sempre que necessário de forma parcial ou integral, conforme o caso.

SEÇÃO III

DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 16. A destituição do Presidente e/ou do Vice-Presidente será por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em razão do descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica. Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do Conselho, objetivando apurar os fatos.

§ 1º Considera-se fato relevante:

- I - deixar de cumprir, ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste Regimento Interno;

§ 2º No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 (trinta) dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente. Na hipótese de ser destituído apenas o Vice-Presidente, nova eleição para esse cargo deverá ocorrer.

§ 3º Havendo destituição do Presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-Interino com mandato máximo de 30 (trinta) dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará e dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 17. O CME elegerá, dentre seus membros, um Secretário, responsável por assessorar as atividades administrativas do Conselho, cabendo-lhe:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- III - providenciar serviços de impressões, arquivos e documentação;
- IV - lavrar as atas, proceder à leitura das mesmas e do expediente;
- V - registrar a frequência dos membros às reuniões;
- VI - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho, mediante deliberação da maioria de seus membros.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 18. O CME fará reuniões ordinárias e extraordinárias, de forma presencial ou remota, conforme determinação do Presidente e/ou deliberação do colegiado, seguindo-se as regras dispostas neste artigo e incisos:

- I - ordinárias, realizadas bimestralmente, a partir de fevereiro do ano em curso;
- II - extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou pelos conselheiros sempre que na pauta dos trabalhos existir matéria de urgência pendente de decisão, mediante presença de pelo menos um terço dos membros;
- III - as reuniões convocadas por meio de participação remota deverão ser iniciadas, encerradas e terão as deliberações, discussões e votações apuradas através da manifestação oral ou no chat da reunião virtual;
- a) as reuniões poderão ser vídeo gravadas com o consentimento de todos os participantes;

b) entende-se por deliberação remota, a discussão e votação de proposições realizadas por meio de reuniões virtuais mediante o emprego de tecnologia da informação que dispense a presença física dos conselheiros no local da reunião.

Art. 19. As reuniões ordinárias do CME serão realizadas com a presença da maioria simples dos conselheiros, sendo o quorum apurado no início da sessão.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver o *quórum* regimental previsto, será aguardado durante 30 (trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja *quórum*, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que será realizada em data definida por ele.

§ 3º A reunião de que trata o parágrafo segundo será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 20. O conselheiro suplente terá direito a voz nas reuniões do colegiado. Na ausência do respectivo titular, o suplente assumirá automaticamente a titularidade, passando a exercer plenamente suas funções, com direito a voz e voto.

Parágrafo único. Os membros do CME deverão receber, por e-mail, telefone ou grupo de whatsapp, com antecedência de 5 (cinco) dias, a convocação para a reunião ordinária, com informações sobre a pauta, o local e a documentação relativa às matérias que serão objeto de discussão e deliberação.

Art. 21. Os serviços administrativos do CME serão exercidos por um Secretário, designados pelo Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período.

Parágrafo único. As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 22. As deliberações do CME serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros titulares, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 23. O CME, desde que com a devida justificativa aprovada por maioria simples de seus membros, poderá convidar órgãos, entidades, profissionais de qualquer área para participarem das reuniões com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.

Art. 24. As reuniões terão os seguintes procedimentos:

- I - comunicação e justificativas de ausências de conselheiros;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião;
- IV - apresentação de outros assuntos.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente dos assuntos da pauta do dia ou dos que se fizerem necessários.

Art. 25. Em regime de discussão o Presidente pode delimitar o tempo de palavra dos conselheiros.

Art. 26. As funções dos conselheiros são consideradas de relevante interesse social e os servidores públicos que as exercerem terão suas ausências dos trabalhos justificadas e abonadas durante os dias das reuniões do Conselho.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O município deverá:

- I - garantir ao CME, como órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:
 - a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
 - b) disponibilidade de equipamento de informática;
 - c) transporte para deslocamento dos membros, como para visitas às unidades de ensino, reuniões e formações fora do município, outros.
 - d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, necessários às atividades inerentes as suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

II - fornecer ao CME, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à educação municipal, tais como: calendário escolar; normativas municipais, processo seletivos/concurso público específico da educação; projetos educacionais e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;

III - divulgar as atividades do CME por meio de comunicação oficial da EEx;

IV - comunicar às unidades de ensino sobre o CME, no início de cada ano letivo e a cada troca de mandato, informando as atribuições do Conselho e a sua composição, com a indicação dos representantes.

Art. 28. O Presidente do Conselho Municipal de Educação, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, pode solicitar a colaboração de quaisquer servidores, especialistas, autoridades ou organizações da sociedade civil para prestar esclarecimentos e fornecer subsídios necessários à elucidação de questões pertinentes à educação.

Art. 29. As dúvidas na aplicação do Regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo plenário.

Art. 30. O Conselho Municipal de Educação, observada a legislação vigente, poderá estabelecer normas complementares relativas ao seu funcionamento e ordem dos trabalhos.

Art. 31. As funções de conselheiro do CME, sem remuneração de qualquer espécie, são consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no município de que sejam titulares os seus membros.

Art. 32. O Conselho Municipal de Educação, na ocorrência de quaisquer casos elencados no art. 8º da Lei 1.242/97 e no art. 12 deste Regimento, tomará as devidas providências.

Art. 33. Este Regimento, depois de aprovado pelos membros do Conselho de Municipal de Educação, será encaminhado ao Executivo Municipal para ser homologado e, posteriormente publicado, quando passará então a vigorar, revogado às disposições em contrário.

Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de dezembro de 2025.

HILDA SOUZA DA CRUZ

Presidente do Conselho Municipal de Educação

LEONARDO RANGEL NASCIMENTO MIRANDA

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Protocolo 1699121

DECRETO Nº 599/2025

NOMEIA AGENTE DE MOBILIDADE URBANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada **RAFAELA RODRIGUES DE SOUZA**, para exercer o Cargo de Provimento em

Comissão de Agente de Mobilidade Urbana, referência VC-7 da Lei Municipal nº 2.865/2023, alterada pela Lei Municipal nº 2.956/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia **06 de janeiro de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 30 de dezembro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal

Protocolo 1699872